



**CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**  
**Palacete Albino Soares Ferreira Júnior**  
**CNPJ: 04.557.427/0001-46**

---

**PARECER DE CONTROLE INTERNO**

**EMENTA: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU.**

**DOS FATOS**

Chegou a esta Coordenadoria de Controle Interno, solicitação de Parecer de Regularidade visando a formalização do processo licitatório nº 060104/2025, INEXIGIBILIDADE nº 002/2025, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica especializada em Assessoria e Consultoria na área Contábil para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Viseu-PA.

**OBJETO:**

A emissão de Parecer da Controladoria Interna correspondente ao Processo de INEXIGIBILIDADE nº 002/2025, cujo a empresa participante apresentou toda documentação exigida, estando apta para uma possível contratação segundo parecer jurídico constantes nos autos do processo.

**FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO**

- I. Consta nos autos, Solicitação do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, para início do procedimento de contratação de Pessoa jurídica, apresentando, para tanto, a devida justificativa para a necessidade de contratação;
- II. Consta no processo a Notificação da empresa E ALEXANDRE SILVA, pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ Nº 17.306.004/0001-03, justificativa de contratação e justificativa de preço e a juntada dos documentos de habilitação;
- III. Consta nos autos Toda a documentação da empresa exigida pela Comissão permanente de licitação – CPL;
- IV. Consta no processo o parecer jurídico emitido acerca da legalidade do procedimento em questão, conforme a Lei nº 14.133/21, [art. 92, I e II](#), bem como da Dotação Orçamentária;



**CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU**  
**Palacete Albino Soares Ferreira Júnior**  
**CNPJ: 04.557.427/0001-46**

---

V. No caso em tela, verifica-se que a solicitação formulada se restringe a contratação da empresa supra, pelo período de 12 meses, encontrando-se devidamente consubstanciada no artigo 74, III da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores, que assim determina:

**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*  
*c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*

**CONCLUSÃO**

Por todo exposto, este Setor de Controle Interno, após análise das etapas e procedimentos relativos ao processo licitatório, e ainda considerando a legalidade através do Parecer Jurídico, declara que o referido processo se encontra revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

É o parecer.

Encaminhem-se os autos ao Presidente da Câmara Municipal

Viseu, 09 de janeiro de 2025.

**RITA DE CÁSSIA DOS SANTOS**  
**Controladora Interna**  
**Portaria nº 006-A/2024 - CMV**